



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

***(Atual denominação social da Companhia de
Arrendamento Mercantil RCI Brasil)***

30 de setembro de 2016

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

	Pág.
Índice das Informações Financeiras:	
Relatório da Administração	1
Demonstrações Financeiras:	
Balanços Patrimoniais	3
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Informações Financeiras	9
Relação dos Administradores	26
Relatório dos Auditores Independentes	27

BANCO RCI BRASIL S.A.**(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)****COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil) (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas aos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 e em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação resultou na extinção da RCI CFI e no aumento de capital do Banco RCI Brasil, no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.347 milhões em 30 de setembro de 2016, apresentando evolução de 65,4% em relação a R\$814 milhões em 31 de dezembro de 2015 em função, principalmente, do aumento de capital (vide eventos societários). O prejuízo apresentado no acumulado do período foi de R\$4 milhões em comparação ao lucro de R\$80 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de setembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$10.239 milhões, e estão representados principalmente pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$8.727 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.494 milhões, representam uma carteira líquida de R\$7.233 milhões.

Em 30 de setembro de 2016, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas principalmente por depósitos interfinanceiros no montante de R\$1.351 milhões, recursos de aceites cambiais R\$1.072 milhões e letras financeiras R\$3.279 milhões.

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Conjuntura Econômica

O movimento de apreciação do Real frente ao Dólar foi interrompido no terceiro trimestre de 2016. A taxa de câmbio, que vinha em uma tendência de queda, encerrou o mês de setembro em R\$3,25/US\$, bem próximo ao valor do fechamento do segundo trimestre, de R\$3,21/US\$. O otimismo com a economia doméstica favorece a apreciação do câmbio, mas a atuação do Bacen no mercado tem suavizado o fortalecimento da moeda brasileira.

A economia real, contudo, ainda não mostra melhora tão evidente como a das expectativas, impondo um ambiente ainda desafiador para a atividade bancária no Brasil. O mercado de trabalho, por exemplo, continua em processo de deterioração e precarização, fato que pode ser verificado pela rápida elevação da taxa de desemprego, que alcançou 11,8% em agosto.

Um alívio deve vir da política monetária. A melhora do quadro inflacionário e a expectativa de aprovação de medidas de ajuste fiscal devem abrir espaço para cortes da taxa básica de juros ainda em 2016. A sinalização do Bacen nos últimos documentos oficiais reforça essa percepção. Com relação à política fiscal, a despeito dos efeitos positivos da recuperação da atividade sobre a arrecadação de impostos, os resultados devem continuar deficitários pelos próximos anos. As reformas já propostas pelo governo e as esperadas para os próximos meses visam a estabilização da dívida no longo prazo.

Nesse cenário, a carteira total de crédito registrou, em agosto de 2016, queda de 0,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior – uma variação negativa que não ocorria desde 2002. Esse movimento negativo foi puxado pelo crédito com recursos livres, que retraiu 3,2% nessa mesma comparação, enquanto o crédito com recursos direcionados apresentou leve crescimento, de 2%. A carteira dos bancos públicos também está crescendo em ritmo mais lento do que no passado (1,5% ao ano, ante 10,7% ao ano ao final de 2015), mas continua ganhando participação em relação à dos bancos privados, que registrou queda de 3,3% na comparação anual. O conservadorismo na oferta de concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e as taxas de juros em alta são fatores que devem manter essa tendência de queda do crédito ao longo dos próximos meses. Contudo, se confirmado o início de um ciclo de redução da taxa básica de juros no final do ano, e se a confiança dos consumidores permanecer em trajetória de recuperação como a observada nas últimas divulgações, o Banco acredita que o crédito deverá voltar a acelerar ao longo de 2017.

Outras Informações

O Banco RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no período findo em 30 de setembro de 2016, não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 14 de novembro de 2016
O Conselho de Administração
A Diretoria

BANCO RCI BRASIL S.A.

(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		4.803.543	198.427
Disponibilidades	5 & 20.d	39.049	6.175
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	355.089	163.184
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		355.089	163.184
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		264.857	-
Carteira Própria	6.a	232.801	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	32.056	-
Relações Interfinanceiras	7	318.414	-
Depósitos no Banco Central		318.414	-
Operações de Crédito		3.645.710	-
Setor Privado	9.c	3.336.879	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	9.c	395.743	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	9.e	(86.912)	-
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.775)	(1.874)
Setor Privado	9.a	141.918	160.822
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	9.a	(138.018)	(155.896)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.e	(5.675)	(6.800)
Outros Créditos		141.519	24.066
Créditos Tributários	10.a	99.185	13.395
Rendas a Receber		1.022	-
Diversos	11	41.312	10.671
Outros Valores e Bens		40.680	6.876
Outros Valores e Bens		1.019	1.648
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	-
Despesas Antecipadas		39.673	5.228
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.155.365	249.325
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		114.891	-
Carteira Própria	6.a	114.738	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	153	-
Operações de Crédito		2.601.022	-
Setor Privado	9.c	2.352.498	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	9.c	350.140	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	9.e	(101.616)	-
Operações de Arrendamento Mercantil		3.158	3.187
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	9.a	216.786	222.689
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	9.a	(205.761)	(210.794)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.e	(7.867)	(8.708)
Outros Créditos		424.981	241.304
Créditos Tributários	10.a	259.462	164.046
Diversos	11	165.519	77.258
Outros Valores e Bens		11.313	4.834
Despesas Antecipadas		11.313	4.834
Permanente		2.280.270	2.617.094
Imobilizado de Uso	13	1.856	3
Outras Imobilizações de Uso		3.117	5
(Depreciações Acumuladas)		(1.261)	(2)
Imobilizado de Arrendamento	12	2.276.069	2.617.091
Bens Arrendados		2.201.953	2.528.142
Superveniência de Depreciação		1.033.079	1.198.989
(Depreciações Acumuladas)		(958.963)	(1.110.040)
Intangível	14	2.345	-
Outros Ativos Intangíveis		5.511	-
(Amortizações Acumuladas)		(3.166)	-
Total do Ativo		10.239.178	3.064.846

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
Passivo Circulante		4.958.388	856.924
Depósitos	15.a	1.350.573	-
Depósitos Interfinanceiros		1.350.573	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.b	2.369.314	-
Recursos de Aceites Cambiais		571.669	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.797.645	-
Outras Obrigações		1.238.501	856.924
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		2.695	-
Sociais e Estatutárias		12.101	78.924
Fiscais e Previdenciárias	16	43.671	7.286
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	21.442	-
Diversas	17	1.158.592	770.714
Passivo Exigível a Longo Prazo		3.933.574	1.393.605
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.b	1.981.864	-
Recursos de Aceites Cambiais		500.254	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.481.610	-
Outras Obrigações		1.951.710	1.393.605
Fiscais e Previdenciárias	16	367.900	331.963
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	71.638	-
Diversas	17	1.512.172	1.061.642
Resultados de Exercícios Futuros		2	-
Resultados de Exercícios Futuros		2	-
Patrimônio Líquido	19	1.347.214	814.317
Capital Social:		985.225	448.152
De Domiciliados no País		393.015	448.152
De Domiciliados no Exterior		592.210	-
Reservas de Lucros		345.432	366.165
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(638)	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados		17.195	-
Total do Passivo		10.239.178	3.064.846

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Receitas da Intermediação Financeira		506.683	1.374.848	222.676	661.746
Operações de Crédito		293.784	853.114	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil		204.627	607.931	218.225	652.000
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		17.239	49.529	4.451	9.746
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	(18.737)	(162.861)	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		9.770	27.135	-	-
Despesas da Intermediação Financeira		(446.062)	(1.314.571)	(190.513)	(569.083)
Operações de Captação no Mercado		(209.057)	(625.578)	(923)	(6.764)
Operações de Arrendamento Mercantil		(180.020)	(536.415)	(190.537)	(566.569)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	(56.985)	(152.578)	947	4.250
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		60.621	60.277	32.163	92.663
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(34.781)	(78.487)	(6.416)	2.904
Receitas de Prestação de Serviços		3.591	6.722	-	-
Rendas de Tarifas Bancárias	21	13.387	40.877	1.610	4.469
Despesas de Pessoal		(7.051)	(20.444)	-	-
Outras Despesas Administrativas	22	(32.278)	(85.566)	(2.919)	(10.542)
Despesas Tributárias		(2.028)	(6.542)	(1.416)	(4.923)
Outras Receitas Operacionais	23	11.662	41.886	5.910	44.539
Outras Despesas Operacionais	24	(22.064)	(55.420)	(9.601)	(30.639)
Resultado Operacional		25.840	(18.210)	25.747	95.567
Resultado não Operacional	25	6.788	21.534	9.951	31.489
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		32.628	3.324	35.698	127.056
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	(15.149)	(6.045)	(11.592)	(46.878)
Provisão para Imposto de Renda		(5.309)	(1.500)	(2.011)	(7.049)
Provisão para Contribuição Social		(13.984)	(30.759)	(5.799)	(15.199)
Ativo Fiscal Diferido		4.144	26.214	(3.782)	(24.630)
Participação dos Empregados no Lucro		(284)	(817)	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido		17.195	(3.538)	24.106	80.178
Nº de Ações (Mil)	19	404	404	243	243
Lucro (Prejuízo) Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		42.562	(8.757)	99.202	329.951

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		448.152	19.804	269.484	-	737.440
Lucro Líquido		-	-	-	80.178	80.178
Destinações:						
Reserva Legal		-	2.804	-	(2.804)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	-	53.268	(53.268)	-
Saldos em 30 de Setembro de 2015		448.152	22.608	322.752	24.106	817.618
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		448.152	24.845	341.320	-	814.317
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(638)	(638)
Aumento de Capital	2	537.073	-	-	-	537.073
Prejuízo Líquido		-	-	-	(3.538)	(3.538)
Utilização de Reservas para Absorção de Prejuízos do 1º Semestre		-	-	(20.733)	20.733	-
Saldos em 30 de Setembro de 2016		985.225	24.845	320.587	(638)	1.347.214

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) Líquido		(3.538)	80.178
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido		35.445	(28.638)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	152.578	(4.250)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(118.455)	(9.119)
Depreciações e Amortizações		662	-
Provisão (Reversão) de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	18.c	15.658	(15.269)
Atualização de Depósitos Judiciais	23	(11.259)	-
Atualização de Impostos a Compensar	23	(3.739)	-
Variações em Ativos e Passivos		430.924	48.370
Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		78.041	-
Redução em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		711.365	188.260
Aumento em Depósitos no Banco Central		(53.930)	-
Redução (Aumento) em Outros Créditos		101.731	(20.767)
Redução em Outros Valores e Bens		33.693	12.592
Redução em Depósitos		(671.099)	(115.153)
Aumento em Outras Obrigações		321.669	35.806
Imposto Pago		(90.543)	(52.368)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(3)	-
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		462.831	99.910
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(194)	-
Aplicações no Intangível		(230)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(424)	-
Atividades de Financiamento			
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		1.652.407	-
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(1.878.992)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(43.083)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		(269.668)	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		192.739	99.910
Caixa e Equivalentes de Caixa Advindo de Incorporação de Sociedade		32.040	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5	169.359	32.057
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	394.138	131.967

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015	
Receitas da Intermediação Financeira		1.374.848	661.746	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		47.599	4.469	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	(152.578)	4.250	
Outras Receitas e Despesas		8.000	45.389	
Despesas da Intermediação Financeira		(1.161.993)	(573.333)	
Insumos de Terceiros		(84.433)	(10.542)	
Serviços de Terceiros		(30.764)	(6.374)	
Outros		(53.669)	(4.168)	
Valor Adicionado Bruto		31.443	131.979	
Retenções				
Depreciações e Amortizações		(662)	-	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		30.781	131.979	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal		18.051	58,6%	-
Remuneração		12.390		-
Benefícios		3.184		-
FGTS		1.214		-
Outras		1.263		-
Impostos, Taxas e Contribuições		15.797	51,4%	51.801 39,2%
Federais		10.441		48.154
Municipais		5.356		3.647
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		471	1,5%	-
Remuneração de Capitais Próprios		(3.538)	-11,5%	80.178 60,8%
Reinvestimentos de Lucros (Prejuízo do Período)		(3.538)		80.178
Total		30.781	100,0%	131.979 100,0%

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil) (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2015, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para Banco RCI Brasil S.A.. Este processo foi homologado pelo Bacen em 28 de outubro de 2015.

2. Reestruturação Societária

Na AGE de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação reversa da RCI CFI, anteriormente controladora integral do Banco RCI Brasil, resultou na sua extinção e foi sucedida pelo Banco RCI Brasil em todos os seus bens, direitos e obrigações. Na incorporação, foi aumentado o capital social do Banco RCI Brasil no valor de R\$537.073, mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus acionistas na mesma proporção da participação que detinham na RCI CFI.

A incorporação teve por base os valores contábeis da RCI CFI na data-base de 31 de dezembro de 2015, conforme laudo de avaliação resumido abaixo:

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	8.115.007
Disponibilidades	32.040
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	369.066
Relações Interfinanceiras	264.484
Operações de Crédito	7.013.151
Outros Créditos	361.649
Outros Valores e Bens	74.617
Permanente	818.753
Investimentos	814.317
Imobilizado de Uso e Intangível	4.436
Total do Ativo	8.933.760
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	7.582.365
Depósitos	2.022.538
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.397.052
Outras Obrigações	1.162.775
Resultado de Exercícios Futuros	5
Total do Passivo	7.582.370
Patrimônio Líquido	1.351.390
(-) Investimentos	(814.317)
Acervo Líquido Incorporado	537.073

3. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das informações trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em função da incorporação descrita na nota acima, a comparabilidade das informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2016 com 31 de dezembro 2015 fica prejudicada.

As informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 14 de novembro de 2016.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

4. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

f) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

g.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

O Banco RCI Brasil optou pela não aplicação temporal dos procedimentos contábeis referenciados pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014. Neste sentido com base no contido na Resolução 4.294 e Circular 3.693, as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito e arrendamento mercantil estão sendo integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

h.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

h.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

h.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários,

h.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciários

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco RCI Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Disponibilidades	39.049	6.175	6.967	4.046
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	355.089	163.184	125.000	28.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	355.089	163.184	125.000	28.011
Total	394.138	169.359	131.967	32.057

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/09/2016	31/12/2015
a) Carteira Própria		
Cotas - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽¹⁾	232.801	-
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I) ⁽²⁾	69.748	-
Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil-Financiamento de Veículos ⁽²⁾	44.990	-
Total	347.539	-
Circulante	232.801	-
Longo prazo	114.738	-

(1) Referem-se a cotas Sênior e Subordinadas.

(2) Referem-se a cotas Subordinadas.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/09/2016			31/12/2015		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
I) "Swap"						
Ativo	4.598.588	4.598.588	4.637.568	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	4.598.588	4.598.588	4.637.568	-	-	-
Passivo	4.585.215	(4.585.215)	(4.697.281)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	4.585.215	(4.585.215)	(4.697.281)	-	-	-
"Swap" - Negociação		13.373	(59.713)		-	-
II) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	100.000	100.000	102.484	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	100.000	100.000	102.484	-	-	-
Passivo	100.000	100.000	(103.642)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	100.000	100.000	(103.642)	-	-	-
"Hedge" de Fluxo de Caixa - Disponível para Venda			(1.158)			-
Total Diferencial a Receber			32.209			-
Circulante			32.056			-
Longo prazo			153			-
Total Diferencial a Pagar			(93.080)			-
Circulante			(21.442)			-
Longo prazo			(71.638)			-

Em 30 de setembro de 2016, o valor referencial das operações de "swap" foram registradas na Cetip, das quais, R\$780.846 possuem vencimento até 3 meses, R\$1.876.532 de 3 a 12 meses e R\$1.941.210 acima de 12 meses. A operação de "hedge" possui vencimento acima de 12 meses.

Foram reconhecidos despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$18.737 no trimestre e R\$162.861 no acumulado do período. O ajuste ao valor de mercado da operação de "hedge" de fluxo de caixa no montante de R\$1.158 está registrado no patrimônio líquido, líquido de impostos.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo de R\$318.414 da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições:

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de setembro de 2016 não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(275)	(8.207)	(16.110)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1)	(22)	(44)
Total ⁽¹⁾		(276)	(8.229)	(16.154)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: Uma situação considerada provável pela administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

9. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Carteira de Arrendamento

	30/09/2016	31/12/2015
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	1.046.389	1.154.624
Arrendamentos a Receber	358.704	383.511
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	687.685	771.113
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(343.779)	(366.690)
Valores Residuais a Balancear	(687.685)	(771.113)
Outros Valores e Bens	1.007	1.648
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	2.276.069	2.617.091
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 17)	(1.494.238)	(1.738.307)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente Circulante	389.296	452.037
Longo Prazo	408.467	445.216

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$248.626 (30/12/2015 - 257.371).

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que fossem considerados relevantes em comparação com o total da carteira.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil		
Vencidas	12.158	13.303
A Vencer:		
Até 1 Ano	425.870	493.289
De 1 a 5 Anos	603.122	644.702
Acima de 5 Anos	5.239	3.330
Total	1.046.389	1.154.624

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Carteira de Arrendamento a Valor Presente		
Vencidas	10.076	11.317
A Vencer:		
Até 1 Ano	389.296	452.037
De 1 a 5 Anos	396.609	432.829
Acima de 5 Anos	1.782	1.070
Total	797.763	897.253

c) Carteira de Créditos

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Vendor	1.123.727	-
Financiamentos - CDC Veículos	4.565.650	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	745.883	-
Total	6.435.260	-
Circulante	3.732.622	-
Longo Prazo	2.702.638	-

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Vencidas	76.785	-
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.545.891	-
De 3 a 12 Meses	2.186.731	-
De 1 a 5 Anos	2.617.576	-
Acima de 5 Anos	8.277	-
Total	6.435.260	-

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em 2016, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação, referente a financiamento de veículos no montante de R\$609.757, que seguiram o fluxo normal de recebimento. O valor presente das operações é de R\$745.883.

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Setor Privado		
Indústria	44.514	3.942
Comércio	1.242.468	7.280
Instituições Financeiras	184	-
Serviços e Outros	241.782	21.389
Pessoas Físicas	5.703.697	864.610
Agricultura	378	32
Total	7.233.023	897.253

BANCO RCI BRASIL S.A.
 (Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima	Carteira de Créditos			Provisão		30/09/2016 Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	
AA	-	61.025	-	61.025	-	-	-
A	0,5%	5.645.195	-	5.645.195	28.226	23.764	51.990
B	1%	651.963	208.062	860.025	8.600	-	8.600
C	3%	264.778	169.824	434.602	13.038	-	13.038
D	10%	16.695	47.275	63.970	6.397	-	6.397
E	30%	24.399	22.625	47.024	14.107	-	14.107
F	50%	452	17.804	18.256	9.128	-	9.128
G	70%	-	13.720	13.720	9.604	-	9.604
H	100%	11.839	77.367	89.206	89.206	-	89.206
Total		6.676.346	556.677	7.233.023	178.306	23.764	202.070

Nível de Risco	% Provisão Mínima	Carteira de Créditos			Provisão		31/12/2015 Total
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	
AA	-	5.154	-	5.154	-	-	-
A	0,5%	808.116	-	808.116	4.041	-	4.041
B	1%	25.265	19.058	44.323	443	-	443
C	3%	5.305	13.104	18.409	552	-	552
D	10%	2.253	5.434	7.687	769	-	769
E	30%	10	3.158	3.168	950	-	950
F	50%	-	2.434	2.434	1.217	-	1.217
G	70%	-	1.416	1.416	991	-	991
H	100%	-	6.546	6.546	6.546	-	6.546
Total		846.103	51.150	897.253	15.509	-	15.509

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Saldo Inicial	15.508	21.264
Constituição (Reversão)	152.578	(4.250)
Baixas	(132.603)	(945)
Incorporação (Nota 2)	166.587	-
Saldo Final	202.070	16.069
Circulante	92.587	7.027
Longo Prazo	109.483	9.042

Foram recuperados créditos no valor de R\$8.979 no trimestre e R\$15.808 no acumulado do período (2015 - R\$1.041 no trimestre e R\$3.006 no acumulado do período), registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.163	119.411	39.431	(22.949)	145.056
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Cíveis	1.318	4.505	-	(833)	4.990
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.252	6.042	4.962	585	22.841
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos					
- Ações Trabalhistas	44	1.118	1.009	(112)	2.059
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	1.397	35.778	-	37.175
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa	-	152	520	-	672
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	-	1.961	367	(1.640)	688
Outras Provisões Temporárias	724	16.387	1.534	-	18.645
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	22.501	150.973	83.601	(24.949)	232.126
Prejuízos Fiscais	154.940	-	-	(28.419)	126.521
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	177.441	150.973	83.601	(53.368)	358.647
Circulante	13.395				99.185
Longo Prazo	164.046				259.462

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.353	1.766	(1.649)	10.470
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	1.049	423	-	1.472
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	18.503	4.562	(12.566)	10.499
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	41	5	-	46
Outras Provisões Temporárias	228	147	-	375
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	30.174	6.903	(14.215)	22.862
Prejuízos Fiscais	177.817	-	(17.318)	160.499
Total dos Créditos Tributários	207.991	6.903	(31.533)	183.361
Circulante	10.555			16.697
Longo Prazo	197.436			166.664

(1) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Fiscais	
2016	12.432	9.859	459	-	22.750
2017	55.864	44.213	1.836	-	101.913
2018	38.598	30.386	1.378	20.247	90.609
2019	21.613	12.968	11	34.424	69.016
2020	889	534	11	41.911	43.345
2021 a 2023	667	400	8	29.939	31.014
Total	130.063	98.360	3.703	126.521	358.647

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$299.417 (31/12/2015 - R\$129.080), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Outros Créditos - Diversos

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	144.927	76.459
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	970	161
Outros	15.564	1.513
Impostos e Contribuições a Compensar	3.603	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20.d)	38.957	9.720
Outros	2.810	76
Total	206.831	87.929
Circulante	41.312	10.671
Longo Prazo	165.519	77.258

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 9.a), e tem a seguinte composição:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Veículos e Afins	2.201.007	2.527.165
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(958.963)	(1.110.040)
Superveniências de Depreciações	1.033.079	1.198.989
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	917	948
Total	2.276.069	2.617.091

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrado uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$62.023 no trimestre e R\$165.910 no acumulado do período (2015 - Insuficiência de R\$53.947 no trimestre e R\$130.722 no acumulado do período), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

13. Imobilizado de Uso

	<u>30/09/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>	<u>Residual</u>
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.231	(558)	673	3
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(73)	42	-
Sistemas de Processamento de Dados	645	(396)	249	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.118	(234)	884	-
Outras	8	-	8	-
Total	3.117	(1.261)	1.856	3

14. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.511 como custo de aquisição e R\$3.166 de amortização acumulada.

15. Captação de Recursos
a) Depósitos

	<u>30/09/2016</u>			<u>31/12/2015</u>
	<u>Até 3 Meses</u>	<u>De 3 a 12 Meses</u>	<u>Acima de 12 Meses</u>	<u>Total</u>
Depósitos Interfinanceiros	534.081	816.492	-	1.350.573
Total	534.081	816.492	-	1.350.573
Circulante				1.350.573

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				30/09/2016	31/12/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾	83.288	488.381	500.254	1.071.923	-
Letras Financeiras ⁽²⁾	1.172.696	624.949	1.481.610	3.279.255	-
Total	1.255.984	1.113.330	1.981.864	4.351.178	-
Circulante				2.369.314	-
Longo Prazo				1.981.864	-

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 100% a 104% do CDI.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: Prazo mínimo de dois anos, valor nominal de R\$2.903.700 e permissão para que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido. Possuem prazo de vencimento até maio de 2019.

16. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/09/2016	31/12/2015
Provisão para Tributos Diferidos	260.841	299.795
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18.b)	108.346	32.550
Impostos e Contribuições a Pagar	2.115	462
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	40.269	6.442
Total	411.571	339.249
Circulante	43.671	7.286
Longo Prazo	367.900	331.963

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2016
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	53.000	-	(50.683)	2.317
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	5.744	-	(5.493)	251
Superveniência de Arrendamento Mercantil	299.747	-	-	(41.477)	258.270
Comissões Diferidas	48	37	-	(82)	3
Total	299.795	58.781	-	(97.735)	260.841

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2015
Superveniência de Arrendamento Mercantil	342.563	-	(32.680)	309.883
Comissões Diferidas	1.204	-	(1.069)	135
Total	343.767	-	(33.749)	310.018

17. Outras Obrigações - Diversas

	30/09/2016	31/12/2015
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 9.a)	1.494.238	1.738.307
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18.b)	16.687	3.168
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	396.449	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos	690.303	-
Outras	73.087	90.881
Total	2.670.764	1.832.356
Circulante	1.158.592	770.714
Longo Prazo	1.512.172	1.061.642

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

18. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciários

a) Ativos Contingentes

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	108.346	32.550
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 17)	16.687	3.168
Ações Trabalhistas	4.875	102
Ações Cíveis	11.812	3.066
Total	125.033	35.718

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	<u>01/01 a 30/09/2016</u>		
	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>
Saldo Inicial	32.550	102	3.066
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	3.665	2.287	3.926
Atualização Monetária	5.779	-	-
Pagamentos	(334)	-	(5.193)
Incorporação (Nota 2)	66.686	2.486	10.013
Saldo Final	108.346	4.875	11.812
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	144.927	-	-

	<u>01/01 a 30/09/2015</u>		
	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>
Saldo Inicial	91.088	102	2.624
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(21.902)	-	1.465
Atualização Monetária	5.168	-	-
Pagamentos ⁽²⁾	(9)	-	(817)
Saldo Final	74.345	102	3.272
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	69.256	-	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL. No exercício de 2015, inclui reversão de provisão no processo relativo a PIS e Cofins.

(2) Em 2015, inclui o valor referente às antecipações de CSLL que reduzem o valor da provisão fiscal decorrente do questionamento da majoração da alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$12.240 (31/12/2015 - R\$11.526): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, houve reversão de provisão no montante de R\$27.922 em virtude de reavaliação do cálculo do valor provável na hipótese da sentença ser desfavorável.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$95.026 (31/12/2015 - R\$20.689): o Banco RCI Brasil ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) O Banco RCI Brasil não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes, totalizaram em aproximadamente R\$53.246 para ações cíveis, R\$4.773 para ações trabalhistas e R\$27.353 para ações fiscais (31/12/2015 - R\$7.059 para ações cíveis e R\$24.314 para ações fiscais). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e".

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2016 o capital social no valor de R\$985.225 (31/12/2015 - R\$448.152) é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$22.060 (R\$4.243,78 para ações ordinárias e R\$4.668,15 para ações preferenciais, em reais por ação), atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2015. O saldo foi parcialmente pago em 17/02/2016 no valor líquido de imposto de renda de R\$ 7.480.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 31 de dezembro de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares com base no lucro até novembro de 2015, no montante de R\$35.603 (R\$6.849,00 para ações ordinárias e R\$7.533,91 para ações preferenciais em reais por ação), pagos em 14/06/2016.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

20. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2016 foi fixado o valor máximo de R\$3.436 (2015 - R\$10). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na RCI Banque e no Banco Santander.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2015
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	716	-
Outras	696	-
Total	1.412	-

Adicionalmente, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$362 no acumulado do período.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)			
	30/09/2016	31/12/2015	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Disponibilidades	39.049	6.175	-	-	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	39.049	6.175	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	145.000	163.184	2.266	8.725	4.296	8.665
RCI Brasil ⁽²⁾	-	163.184	-	-	4.213	8.582
Banco Santander ⁽³⁾	145.000	-	2.266	8.725	83	83
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	347.539	-	11.278	28.795	-	-
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	232.801	-	8.757	23.495	-	-
FIDC RCI Brasil ⁽⁹⁾	69.748	-	1.783	4.562	-	-
FIDC RN ⁽⁹⁾	44.990	-	738	738	-	-
Operações de Crédito	753.474	-	25.852	63.089	-	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	3.243	-	10.727	30.577	-	-
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	601	-	1.740	5.318	-	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	3.747	-	13.385	27.194	-	-
Direitos Creditórios ⁽¹⁰⁾	745.883	-	-	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾	38.957	9.720	83.348	261.483	12.911	40.361
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	32.793	8.347	65.525	202.656	10.197	31.520
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	3.795	1.373	17.808	58.812	2.714	8.841
Banco Santander ⁽³⁾	28	-	-	-	-	-
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	15	15	-	-
FIDC RCI Brasil ⁽⁹⁾	2.341	-	-	-	-	-

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)			
	30/09/2016	31/12/2015	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
			30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Depósitos Interfinanceiros	(494.061)	-	(33.534)	(102.056)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	(494.061)	-	(33.534)	(102.056)	-	-
Recursos de Aceites Cambiais	(495.967)	-	(14.430)	(36.992)	-	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(427.103)	-	(14.251)	(36.813)	-	-
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(68.809)	-	(179)	(179)	-	-
RCI Serviços e Participações Ltda. ⁽⁸⁾	(55)	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	(128.837)	-	(4.906)	(22.858)	-	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(128.837)	-	(4.906)	(22.858)	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(11.326)	(78.924)	-	-	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	(11.326)	(78.924)	-	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(21.777)	(2.104)	(12.648)	(36.216)	(1.004)	(3.070)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(2.487)	(7.438)	-	-
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(1) (5)}	(1.935)	(925)	(5.739)	(17.072)	(914)	(2.915)
FIDC RCI Brasil ⁽⁹⁾	(6.500)	-	-	-	-	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(340)	(719)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	(17)	-	(4)	(22)	-	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(13.325)	(1.179)	(4.078)	(10.965)	(90)	(155)
Outras Obrigações - Diversas	(690.404)	-	(18.097)	(50.620)	-	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	(6)	-	(97)	(369)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(5)	(15)	-	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(95)	-	-	-	-	-
Obrigações por Direitos Creditórios ⁽¹⁰⁾	(690.303)	-	(17.995)	(50.236)	-	-

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) No exercício de 2015, controladora direta da Companhia.

(3) Controladores da Companhia (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Controlada - Banco Santander Espanha

(8) Controladas da controladora RCI Banque

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI possui 100% das cotas subordinadas

(10) Cessão de crédito para FIDC RCI e FIDC RN.

21. Rendas de Tarifas Bancárias

Representadas, substancialmente, por tarifas de cadastro em operações de crédito no valor de R\$12.293 no trimestre e R\$37.725 no acumulado do período (2015 R\$ 1.610 no trimestre e R\$6.490 no acumulado do período).

22. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
Serviços do Sistema Financeiro	5.411	16.204	269	979
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	12.304	30.764	1.627	6.375
Propaganda e Publicidade	4.307	9.172	-	-
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos (Nota 20.d)	5.739	17.072	914	2.915
Serviços de Processamento de Dados	1.552	4.110	-	-
Outras	2.965	8.244	109	273
Total	32.278	85.566	2.919	10.542

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Reversão de Provisões Operacionais - Outras ⁽¹⁾	303	1.153	367	28.795
Atualização de Depósitos Judiciais	3.987	11.259	1.995	5.141
Atualização de Impostos a Compensar	1.320	3.739	1.022	2.789
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	833	2.616	1.177	3.617
Recuperação de Encargos e Despesas	4.728	16.018	1.347	4.190
Reversão PIS/COFINS - Mtm Derivativos	619	4.747	-	-
Outras	(128)	2.354	2	7
Total	11.662	41.886	5.910	44.539

(1) No período findo em 30 de junho de 2015, refere-se basicamente reversão de provisão PIS/Cofins (Nota 18.d).

24. Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	10.322	22.413	5.558	19.066
Descontos Concedidos	-	-	443	1.948
Provisões Operacionais				
Fiscais	4.756	11.549	1.475	3.910
Cíveis (Nota 18.c)	815	3.926	428	1.465
Trabalhista (Nota 18.c)	1.812	2.287	-	-
Gastos com Contratos em Atraso	3.260	11.183	882	2.716
Outras	1.099	4.062	815	1.534
Total	22.064	55.420	9.601	30.639

25. Resultado não Operacional

	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	6.820	21.807	9.940	31.384
Ganhos/Perdas de Capital	(32)	(273)	11	105
Total	6.788	21.534	9.951	31.489

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	32.628	3.324	35.698	127.056
Participações no Lucro	(284)	(817)	-	-
Resultado antes dos Impostos	32.344	2.507	35.698	127.056
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% (2015 - 25% e 15%), Respectivamente ⁽¹⁾	(14.555)	(1.128)	(20.632)	(57.175)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.660	6.371	819	2.064
CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais ⁽¹⁾	-	-	2.441	2.441
Demais Ajustes	(2.254)	(11.288)	5.780	5.792
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.149)	(6.045)	(11.592)	(46.878)

(1) Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018

27. Evento Subsequente

Em outubro de 2016 o Banco RCI efetuou a 2ª Emissão Pública de Letras Financeiras no montante de R\$234.450 com prazo de vencimento de 2 anos e R\$465.600 com prazo de vencimento de 3 anos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Dominique Edmond Pierre Signora

Suplente do Presidente do Conselho

Alain Gérard Ballu

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Géraud Henri Louis Lecerf
Patrick Jean Michel Claude

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli
Conrado Engel
Frederic Schneider
Nilton Sergio Silveira Carvalho

DIRETORIA

Diretor Presidente / Diretor de Risco

Géraud Henri Louis Lecerf

Diretor CrediNissan

(Vago)

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Diretor de Risco

Frederic Schneider

Contador

Luiz Falvella - CRC 1SP142881/O-2



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone 55 (41) 3544-4747, Fax 55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

O Banco registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para

superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às informações trimestrais nº 4.h.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido e do resultado em 30 de setembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias” acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Ênfase

Incorporação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (“CFI RCI Brasil”) pelo Banco RCI Brasil S.A. nos termos do “Instrumentos Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação”. A incorporação resultou na extinção da CFI RCI Brasil e no aumento de capital do Banco RCI Brasil S.A. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em função da incorporação, a comparabilidade das informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de setembro de 2016 fica prejudicada. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de novembro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2